



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR BORGES DA COSTA**

IVONE LÚCIA DOS SANTOS

BELO HORIZONTE, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA MUNICIPAL
PROFESSOR BORGES DA COSTA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do curso de Pós-graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da professora Débora Camilo do Curso de Especialização em Gestão escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ivone Lúcia dos Santos

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR BORGES DA COSTA

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 30 de novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Professor (a) Avaliador

Professor (a) Orientador

Professora Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao prefeito Dallton Caetano Campos, pela oportunidade e apoio ao longo do curso, ao meu marido Geraldo Magela Dias pela paciência e compreensão da minha ausência, ao meu filho Ramon Deiverson Dias, pela força quando pensei em desistir. Aos professores, alunos e à supervisora, que contribuiu muito para esta pesquisa; por fim, às minhas orientadoras Débora, Wilma e Léa, o meu muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a Avaliação na Escola Municipal Professor Borges da Costa sob a ótica da gestão democrática e tem como objetivo aprimorar o processo de avaliação seguido pela escola. A partir do Projeto Político Pedagógico ampliamos a reflexão do que é avaliar, como e quando. Por fim sugerimos estratégias de métodos avaliativos, nos quais o professor possa também avaliar o seu trabalho a todo o momento, constatando se atingiu seus objetivos, se está perto ou distante da consolidação de cada capacidade estudada, mapeando assim o trabalho planejado e o que precisa ser replanejado para que se possa ter qualidade na educação do município sobre o prisma da gestão democrática.

Palavras-chave: Escola, Processo avaliativo e prática pedagógica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	6
1. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR BORGES DA COSTA-----	7
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	11
REFERÊNCIAS-----	13
ANEXO: Projeto Político Pedagógico-----	14

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca conhecer e compreender a aplicabilidade dos instrumentos de avaliação utilizados por professores no processo ensino/aprendizagem e como esses métodos contribuem para a construção do conhecimento uma vez que o significado de avaliação está relacionado no modelo político pedagógico vigente. A opção pelo tema deve-se por entender a importância e a necessidade de avaliar corretamente os alunos, especialmente nas séries iniciais, especificamente na alfabetização e para questionar o significado da avaliação buscando mostrar que a mesma deve ser um processo para auxiliar no desenvolvimento cognitivo do aluno e não apenas classificatório.

A temática foi escolhida especialmente por razões pessoais, diante de dúvidas como: quando e qual o melhor método usar para avaliar os alunos, e a partir de uma pesquisa sobre avaliação, lendo e observando pode-se verificar que avaliar não é punir e sim investigar o processo de aprendizagem do aluno, visando o aprimoramento do planejamento do professor como uma forma qualitativa de avanços para ambos, nesta perspectiva os instrumentos de avaliação podem ser os mais variados possíveis. Segundo Luckesi (1995, p,28)

A avaliação educacional, em geral, e a avaliação de aprendizagem escolar, em particular, são meios e não fins, em si mesmas, estando assim delimitadas pela teoria e pela prática que as circunstancializam. Desse modo, entendemos que a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA MUNICIPAL

PROFESSOR BORGES DA COSTA

Segundo Luckesi (1996, p.28),

(...) a avaliação é um julgamento sobre uma realidade concreta ou sobre uma prática, à luz de critérios claros, estabelecidos prévia ou concomitantemente, para tomada de decisão. Desse modo, três elementos se fazem presente no ato de avaliar: a realidade ou prática julgada, os padrões de referência, que dão origem aos critérios de julgamento, e o juízo de valor.

Através desses elementos, constata-se que a avaliação não é um processo apenas técnico. O educador deve refletir acerca de algumas questões: Quem julga? Por que e para que se julga? Quais os aspectos da realidade que devem ser julgados? Deve-se partir de que critérios? Esses critérios se baseiam em quê? A partir dos resultados do julgamento, quais são os tipos de decisões tomadas?

Durante todo o processo de ensino-aprendizagem a avaliação deve se fazer presente formulando juízos sobre os diferentes elementos que configuram o caminho da atividade pedagógica. Assim, devem ser avaliados não só os alunos mas o professor, o conteúdo desenvolvido, os recursos utilizados, os objetivos, a metodologia, etc.(Gomes, 1984, P.143).

O autor identifica a avaliação como medida para os resultados alcançados até então e descobrir as razões dos erros cometidos para permitir que um novo planejamento possa ser realizado para resolver os problemas com mais precisão.

Luckesi define Avaliação de Aprendizagem (1995, p. 172)

(...)como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, importa distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (e só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção (que obrigatoriamente conduz a exclusão). O diagnóstico tem por objetivo aquilatar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões no sentido de criar condições para a obtenção de uma maior satisfatoriedade daquilo que se esteja buscando ou construindo.

A avaliação do ponto de vista do autor requer uma reflexão crítica dos resultados observando os avanços ou dificuldades para uma tomada de decisão. Tendo sempre como objetivo avaliar para algo para que se alcance uma aprendizagem significativa e com qualidade para todos sem exclusão.

Ao mediar o conhecimento precisa-se ter um olhar voltado para a realidade onde o aluno está inserido, para que a educação e os conteúdos caminhem num sentido emancipatório. O método avaliativo da escola é quantitativo, somativo bimestral para documentar e o Projeto Político Pedagógico da escola deixa uma abertura ao professor para que use outros métodos que acharem viáveis para a progressão do aluno com qualidade. A partir dos estudos feitos sobre avaliação e da reelaboração do PPP da Escola Municipal Professor Borges da Costa a maioria dos professores passaram a trabalhar com atividades avaliativas semanais: orais ou escrita e com os dados organizaram o planejamento de suas aulas, ou seja, a avaliação passou a ser um processo contínuo e processual com o objetivo de melhorar a aprendizagem dos alunos e não para classificar ou punir.

Ao elaborar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Professor Borges da Costa algumas indagações foram feitas: O que é avaliar? Quando? Para que? As respostas foram elaboradas para construção de um trabalho que pudesse enriquecer o sistema de avaliação dentro da instituição onde aluno e professor fossem avaliados de uma forma mais proveitosa tendo como o objetivo o avanço da aprendizagem do aluno e o re-planejamento da prática do professor .

Sendo o PPP um documento que norteia todo o processo educativo é responsabilidade da gestão escolar garantir que seus objetivos, metas e ações sejam alcançados. A concepção de avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola (2012, p.13) apresenta

A avaliação do processo de aprendizagem deve ser contínua e diagnóstica. Sua principal finalidade é dar suporte ao planejamento das aulas e ao atendimento aos alunos. Baseada em objetivos educacionais definidos para cada ciclo, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

Alguns instrumentos são importantes para que o processo construtivo de avaliação seja contemplado: avaliação oral, escrita, questões abertas, produções textuais, questões objetivas e observação das atividades cotidianas na sala de aula. Estes instrumentos de avaliação contribuem para a promoção da aprendizagem dos alunos desde que sejam analisadas com responsabilidade para novas práticas a partir do que foi diagnosticado, de acordo com a LDBEN 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a avaliação é para detectar problemas de aprendizagem, servindo como diagnóstico da realidade para superar as deficiências a partir de novas práticas.

A avaliação não deve ser feita apenas com avaliações escritas para decidir quem vai passar ou ficar, até porque trabalhamos com ciclo onde a criança tem até os 8 anos para ser alfabetizada. Nesse aspecto, é importante citar a importância do trabalho com exercícios avaliativos qualitativos toda semana, seja oral ou escrito, isso faz com que a criança o desenvolva sem medo de ser punida pelos erros, tenha prazer em desenvolver as atividades propostas. Esta experiência tem sido observada com sucesso no desenvolvimento das crianças, isto se confirma com dados em que a escola quase não tem evasão, nem repetência e as crianças gostam de estar no ambiente escolar.

Hoffmann, tem uma visão complementar e nos explica o que é avaliação

[...] a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, acompanhamento passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção do conhecimento. Um processo interativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade no ato próprio da avaliação. (HOFFMAN, 2000, p.17)

A partir da construção deste trabalho e de acordo com o autor conclui-se que avaliar é acompanhar individualmente o desenvolvimento de cada aluno nas atividades em sala de aula, se autoavaliar diante dos avanços ou retrocesso dos alunos e perceber

o que falta no planejamento para consolidar as capacidades não formadas, ou seja, avaliar a todo momento.

Ao fazer uma sondagem com os(as) alunos(as) da escola sobre os métodos avaliativos utilizados pelos professores o que mais citado foi o caderno de avaliação que é utilizado para atividades semanais e resenhas e depois expostos em forma de mural. Quando questionados sobre o sentimento de quando é avaliado, ainda há um medo e angústia e dizem que preferem ser avaliados através de exercícios na sala de aula e trabalho em grupo.

Diante das pesquisas percebe-se que houve um grande avanço no processo de avaliação da escola, mas é necessário a diversificação de métodos avaliativos e a melhor utilização dos resultados. Assim, cabe a Gestão Escolar organizar momentos de estudos sobre o tema, análise do tipo de avaliação que consta no Projeto Político Pedagógico e estratégias para que os professores garantam esta forma de avaliar no cotidiano da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fazer uma análise crítica sobre avaliação nas séries iniciais na Escola municipal Professor Borges da Costa percebe-se que a mesma já está sendo desmistificada dentro do contexto escolar a visão de que o aluno é sempre o ser que precisa ser avaliado já está se desfazendo, a avaliação começa a ser vista como reflexiva na percepção do professor como um dos meios de se auto-avaliar enquanto mediador do conhecimento.

O educador deve-se ter uma visão ampla do que quer ensinar e onde quer chegar, fazer dos erros dos alunos um instrumento de melhoria para tornar o seu trabalho cada dia melhor, embasando neles o professor tem em mãos o material necessário para o planejamento diário eo enriquecimento de suas aulas tornando-as mais produtivas.

Deixar o tradicional e aderir novas práticas gera conflitos, dúvidas, anseios e medo, esse é um dos entraves dentro da instituição pesquisada, como também o fato de não ter um conselho de classe atuante para subsidiar junto com os gestores, suporte para as mudanças das práticas avaliativas em massa, principalmente aos educadores com muitos anos de serviço que ainda vê a avaliação como meio de medir conhecimento e punir a indisciplina do aluno.

Os PCNs têm ajudado muito os educadores a superar o tradicional e se renovar a prática avaliativa propondo métodos que alcancem as crianças com sucesso levando em considerações o conhecimento prévio e o tempo de cada educando dando continuidade ao que ele já sabe e mediando novos conhecimentos que também estão contemplados no Projeto Político Pedagógico da escola e tão almejados pelos gestores e educadores.

Este trabalho buscou mostrar como a avaliação é vista no âmbito escolar de uma cidade com menos de 5 mil habitantes, mostrando quais entraves e possíveis mudanças no processo avaliativo, implicando assim novas formas de conhecimento

para direcionar o professor na busca de aperfeiçoamento do seu trabalho de modo que sua visão esteja sempre voltada para uma avaliação diagnóstica reflexiva sendo assim uma ferramenta para melhorar a qualidade do ensino aprendizagem nesta instituição.

Mudanças exige conhecimento estratégias, apoio e ousadia, é por isso que deve ser refletida em conjunto, numa base sólida direcionada pela gestão, para não perder o foco que é o aluno e alcançar com qualidade as metas e os objetivos propostos, não se esquecendo que estão preparando cidadão para a vida.

“Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos” (LUCKESI, 1995, p.43). O autor mostra a sua percepção sobre a avaliação que deve sempre servir para mudar de trajetória, se preciso for, para se alcançar os objetivos e como esse processo deve acontecer, isso pode contribuir e muito para o aprimoramento da gestão escolar. “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo” (Freire, 1979, p. 94). O autor deixa claro que antes de qualquer coisa devemos amar o que fazemos e para quem fazemos, caso contrário não é possível um diálogo de crescimento, muito menos de mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Cândido. A educação em perspectiva sociológica. São Paulo, E.P.U., 1985.

HADJI, C. **Avaliação Desmistificada**. Trad. Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

HOFFMANN, J. **Avaliar para Promover**. 7. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.) **Avaliação: o processo e o produto** – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 28/10/2013.

Revista de Ciências da Educação. Vol., nº 84. São Paulo: Cortez. Campinas: CEDES, setembro 2003.

ANEXO



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR BORGES DA COSTA**

**IVONE LÚCIA DOS SANTOS
MARIZE VAZ DE ALMEIDA ANDRÉ**

BELO HORIZONTE, 2013

IVONE LÚCIA DOS SANTOS
MARIZE VAZ DE ALMEIDA ANDRÉ

PROJETOPOLÍTICO PEDAGÓGICO:
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR BORGES DA COSTA

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da professora Wilma Aparecida Soares Luna, do Curso de Especialização em gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1.FINALIDADES DA ESCOLA.....	6
2.ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	7
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	7
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	8
3.CURRÍCULO.....	9
TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	10
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	11
6.RELAÇÕES DE TRABALHO.....	12
7. AVALIAÇÃO.....	13
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
9.REFERÊNCIAS.....	19

INTRODUÇÃO

Projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções. Por isto, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma ideia, transformando-a em ato (BARBIER, 1996).

O presente projeto é uma proposta de trabalho coletivo que busca encontrar respostas para questões cruciais da escola, como o seu papel (missão), as dificuldades em cumpri-lo e as alternativas possíveis. Contudo, sua qualidade vai depender das pessoas e/ou profissionais com ele envolvidos.

Os momentos que envolveram sua elaboração permitiram o reconhecimento de que a escola não pode mais ficar indiferente ao seu fracasso, como se não tivesse nada a ver com isso, aguardando que os governantes façam alguma coisa. Foram momentos em que a escola voltou para si mesma em busca de reorganização.

Possibilitou o conhecimento da escola real, das situações nas quais ela vem cumprindo sua função e o porquê desse distanciamento. Analisaram-se as diversas dimensões do trabalho escolar (pedagógicas, administrativas e sociais), identificando seus principais problemas e suas causas.

Foi possível reconhecer as experiências positivas que muito contribuíram para que a escola reconhecesse o seu papel. Conhecer os alunos, sua família e a comunidade.

Localizada na sede do Município, à Avenida Prefeito Carlito Caetano Campos, nº 225, a Escola Municipal Professor Borges da Costa ministra atualmente a Educação Básica nas modalidades de Educação Infantil (1º e 2º períodos) e Ensino Fundamental, em três turnos: matutino e vespertino – Ciclo Inicial de Alfabetização e do Ciclo Complementar de Alfabetização; e no noturno – Ensino Regular Noturno.

Foi criada pelo Decreto nº 3.572, de 17/01/1965, em regime estadual até 1997, com o nome oficial de Escola Estadual Professor Borges da Costa. Sendo, então, municipalizada pela Lei Municipal nº 584, de 15 de dezembro de 1997,

conforme Resolução nº 8.312/98, publicada em 15 de janeiro de 1998, passando a receber o nome de Escola Municipal Professor Borges da Costa.

Em 04/01/06, foi publicada a Portaria SRE nº 02/06, retificada em 28/09/06, a fim de excluir a prazo de validade da autorização de funcionamento das atividades da Educação Infantil (pré-escola). A partir da publicação SRE nº 02/06, a escola passa a identificar-se Escola Municipal Professor Borges da Costa, de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais).

A escola funciona com dez salas de aula, uma sala para laboratório de informática, uma biblioteca, uma secretaria, uma sala de professores e uma diretoria. O prédio encontra-se em bom estado de uso e conservação.

O corpo docente é composto por 08 (oito) profissionais de nível médio de escolaridade e 20 (vinte) graduados. Quanto ao administrativo, uma diretora, uma vice-diretora, três secretárias, um assistente de turno, dez auxiliares de serviços gerais, dois inspetores de alunos e duas monitoras para a Educação Infantil.

Com o objetivo de envolver as diversas instâncias na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, reuniu-se por segmentos com o propósito de levantar dados, diagnosticar a realidade escola/comunidade, através de discussões, relatando como tema o referido projeto e também através de questionários, com a participação dos professores, funcionários e pais.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

Considerando que as transformações tecnológicas, econômicas e culturais colocam cada vez mais a necessidade do conhecimento ético e da educação do homem em toda a sua multiplicidade, educação esta que vai além dos conteúdos científicos, a escola passou, então, a possuir uma função formadora.

Mediante a função da escola hoje, pretende-se através da projeção de metas e realização de projetos, buscar uma educação equilibrada que atenda a essa multiplicidade, educando em sentido mais amplo, ou seja, considerando as diversas experiências sociais, culturais e intelectuais do aluno, respeitando para tal, suas histórias de vida, linguagem e costumes, condições sociais, moradia e lazer.

Dessa forma, o corpo docente, administrativo e pedagógico da rede municipal de ensino, visando à estruturação do Projeto Político-Pedagógico, reuniu as diversas

instâncias com o propósito de levantar dados, diagnosticar a realidade escola/comunidade, através de questionários, conversas, reuniões com famílias, professores e funcionários.

Evidenciou-se pontos positivos, dificuldades, anseios, que conduzirão ao estabelecimento de metas e ações, buscando o compromisso e envolvimento de todos no processo.

Pois, é no coletivo que se abre para o homem a possibilidade de se formar a partir de princípios éticos, fundamentais para a vida em sociedade. É nesse espaço que as tendências individualistas podem ser educadas. Na realidade, a escola, talvez mais do que a família, é por princípio o lugar onde se educa para a coletividade. Aprende-se o básico da condição humana, que é ser, de fato, um ser social, que sabe viver com os outros e dividir espaços.

Enfim, por ser um plano construído coletivamente e considerando todos os objetivos e necessidades da escola, estará sujeito a constantes alterações, uma vez que, caracteriza-se como um fio norteador para a prática educativa, em prol da formação de um cidadão capaz de viver e conviver numa sociedade justa e igualitária.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1. Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal Professor Borges da Costa possui uma equipe gestora composta por uma diretora, uma vice-diretora, duas supervisoras, vinte e dois professores, seis auxiliares de serviços gerais, seis cantineiras, duas auxiliares de secretaria, uma secretaria e dois inspetores de alunos.

O prédio possui dez salas de aulas onde atende alunos do primeiro ao quinto ano, Anos Iniciais do Ensino Fundamental no turno matutino, e no vespertino atendendo ainda a Educação Infantil (primeiro e segundo períodos) e no noturno, EJA (primeiro segmento).

A escola conta com um laboratório de informática com dezessete computadores onde todos os alunos do Ensino Fundamental, anos iniciais, tem acesso às aulas lúdicas para enriquecimento de conteúdos.

Há ainda, na escola, uma secretaria, uma diretoria, uma biblioteca escolar, salas para professores, um depósito para armazenar alimentos, três banheiros para uso das meninas e três para uso dos meninos, e dois para uso funcionários.

O acervo bibliográfico precisa ser ampliado e renovado, principalmente no que diz respeito ao material de pesquisa. A parte de literatura é muito ampla, devido aos livros enviados pelo MEC.

A videoteca tem um bom acervo de fitas. Porém, restrito aos professores, pois são de caráter informativo e pedagógico, que são utilizados nos encontros pedagógicos.

Quanto ao mobiliário, todas as salas de aulas contém carteiras com a quantidade adequada para a classe, dois armários, uma lousa, um cantinho de leitura e mesa para professor. As salas administrativas contém computadores para uso de funcionários. A escola possui três televisores e aparelhos de DVDs, um datashow, uma filmadora e uma câmera digital.

A área externa possui um amplo espaço com parquinho, um auditório com palco, bebedouros, escovódromo, um refeitório e um espaço gramado para jogos e brincadeiras.

A escola recebe recurso do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), PDE, PDDE e FUNDEB e, através do PAR (Plano de Ações Articuladas), a escola vem sendo beneficiada com cursos de formação continuada de professores.

2.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA

Quanto ao “tipo de pedagogia que se adapta a uma escola que pretende uma ação transformadora”, a Escola Municipal Professor Borges da Costa tem como foco uma educação voltada para o individuo como um todo (psicológico, moral, social, afetivo, etc.), que apresente a interdisciplinaridade com direcionamento globalizado, planejado em conjunto, visando ao trabalho coletivo, considerando a realidade

escolar, proporcionando ao educando a construção do conhecimento, não mera transmissão de conteúdos, harmonizando-se e adaptando-se ao meio em que vive.

Quanto ao “educando, responsável pelo seu próprio desenvolvimento”, investe-se na sua participação ativa, com uma postura reflexiva, questionadora, crítica, sujeito do processo ensino-aprendizagem.

A prática escolar é caracterizada pelo princípio de valorização do conhecimento prévio do aluno, de suas condições sociais e econômicas, possibilitando-o uma visão crítica da realidade e um posicionamento político. Visando, porém, utilizar os conhecimentos e vivências deste, considerando-o cidadão, orientando-o para as necessidades básicas na área educativa. Propõe-se a prática escolar orientada pela responsabilidade e ética, considerando o aluno um ser pensante, e o professor, um mediador do conhecimento.

O papel dos profissionais da educação é proporcionar um ensino de qualidade que visa à preparação do aluno para a vida. Na verdade, o que ocorre quando se consegue atingir os objetivos propostos na satisfação do saber, visando ao desenvolvimento integral, adaptando o necessário de sua realidade de forma libertadora, e respeitando os valores herdados culturalmente (étnicos).

As diretrizes para que a escola seja centro do saber sistemático, sugerem ultrapassar a mera aquisição de informação em que cada indivíduo possa tirar o melhor proveito de um ambiente educativo, em constante transformação.

3. CURRÍCULO

O tema currículo escolar ainda é objeto de discussão entre os educadores, visto que implica questões de ordem pedagógica, cultural, de relações sociais e de valores, explícitas ou implícitas no cotidiano da escola.

A Escola Municipal Professor Borges da Costa entende o currículo como o conjunto de ações educativas desenvolvidas no âmbito escolar ou fora dele, que promovem o crescimento do educando de forma global, nos aspectos cognitivos, afetivos, sociais e culturais, possibilitando a construção de sua identidade e o exercício pleno da cidadania.

Ao trabalhar as questões do currículo, a escola considera os saberes cientificamente e culturalmente elaborados, as experiências escolares trazidas pelos alunos, as especificidades da comunidade escolar e local e as necessidades apontadas pela sociedade atual, observando as diretrizes educacionais da legislação vigente.

Observa-se, contudo, a necessidade de um direcionamento sistematizado, com os conteúdos mínimos a serem trabalhados em cada nível e modalidade de ensino, como prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210:

“(...) serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.”

Dessa forma, a escola tem como referência a proposta contida nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), como sendo o ponto de partida para a elaboração de seu currículo. Alia-se a esta, os temas transversais como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, e ainda, as matrizes de referência das avaliações externas como Proalfa e Prova Brasil, e os Direitos de Aprendizagem, propostos no Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa, do Ministério da Educação.

Segundo Cury, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam-se como

um complexo de propostas curriculares em que se mesclam diretrizes axiológicas, orientações metodológicas, conteúdos específicos de disciplinas e conteúdos a serem trabalhados de modo transversal e sem o caráter de obrigatoriedade próprio da formação básica comum do artigo 210 da Constituição Federal/88 (CURY, 2002, p192).

Portanto, entendendo os PCNs como uma proposta curricular dentre várias outras, propõe-se elaborar um currículo flexível, que valorize as diferenças, que contemple a diversidade econômica, social e cultural, em diferentes épocas e diferentes espaços, devendo assim ser dinâmico, passível de transformações, criando novas estratégias para atender às necessidades atuais.

É necessário articular mecanismos de apoio e ações que permitam igualar as oportunidades de aprendizagem e de conhecimento para todos, respeitando e valorizando a diversidade, ampliando as possibilidades de compreensão e interação entre os alunos e destes com os profissionais da educação.

Há, portanto, a necessidade de reformar o pensamento derivado da cultura disciplinar e realizar um planejamento participativo, organizar o currículo de forma interdisciplinar e contextualizado, valorizando o currículo como espaço de pluralidade de saberes.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Os espaços da escola, concebidos como espaços de aprendizagem, são utilizados para as mais diversas atividades realizadas pelos professores. Além das salas de aula, os professores dispõem de espaços externos para dinamizar seu trabalho, buscando tornar as aulas mais atrativas e prazerosas. Explorando outros objetos e espaços, experimentando e criando é que a criança se apropria do conhecimento.

A biblioteca tem por finalidade atender aos alunos, professores e funcionários da escola, visando ao desenvolvimento das atividades curriculares, construindo-se numa unidade de pesquisa e incentivo à leitura.

O laboratório de informática é utilizado visando a complementação dos conteúdos trabalhados em sala de aula, aliando os recursos tecnológicos à produção do conhecimento.

Em relação ao tempo escolar, apesar de os alunos estarem agrupados de acordo com a faixa etária nos ciclos inicial e complementar, o tempo ainda é administrado de forma fragmentada. Reorganizar os tempos e espaços escolares e a ampliação do tempo do aluno na escola, ainda é um desafio.

Segundo o Art. 3º da Resolução SEE/MG, nº521/04, “o calendário escolar, respeitadas as normas legais, deve ser anualmente elaborado pela escola, discutido e aprovado pelo Colegiado e amplamente divulgado, cabendo à Inspeção Escolar supervisionar o cumprimento das atividades nele previstas”.

O Calendário Escolar deverá prever, no mínimo, 200 dias letivos e 800 horas anuais, e incluir as seguintes programações: início e término do ano escolar, início e término do ano letivo, feriados e recessos, planejamento das atividades pedagógicas e férias escolares.

A Escola Municipal Professor Borges da Costa tem criado estratégias para melhor aproveitamento do tempo e dos espaços disponíveis, de modo a possibilitar ao aluno desenvolver sua capacidade de aprender a ler, escrever, interpretar, calcular, promovendo o resgate da sua autoestima, e oportunizando ações pedagógicas para o atendimento diferenciado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

O art. 14 da Lei Complementar da Educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº9394/96) estabelece e regulamenta as diretrizes educacionais e reforça a questão da gestão democrática.

A gestão democrática caracteriza-se pela participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisões. A escola em questão prima pela participação e integração escola-aluno-comunidade, devendo ser inclusiva, ou seja, que permita a integração com os pais e comunidade. Tendo, portanto, como seu ideal, a formação de cidadãos capazes de transformar o mundo em que vivem.

O modelo de gestão da Escola Municipal Professor Borges da Costa baseia-se na participação coletiva, buscando propiciar condições favoráveis de convivência, trabalho, criando alternativas para tomada de decisão através de sugestões de todos os envolvidos.

Durante todo o ano letivo, a escola busca a parceria da família para construir e avaliar as metodologias, os resultados das avaliações externas e internas e o trabalho prestado pela instituição. Nesta avaliação, não se avalia apenas a aprendizagem, mas a escola como um todo, em todos os seus segmentos. Tais informações servem como base para implementação do Projeto Político Pedagógico e o Plano de Intervenção Pedagógica.

Porém, ainda não há efetivação dos órgãos colegiados como o Conselho de Classe e o Conselho Escolar. É preciso repensar qual está sendo a forma de participação da comunidade escolar nos processos de decisão desta escola, se esses órgãos não são legitimados. A análise do marco referencial e situacional da escola aponta para a urgência da criação e implantação desses órgãos.

De modo geral, apesar das decisões serem tomadas dentro da escola, elas devem respeitar as orientações que são impostas pela Secretaria Regional Educação de Minas Gerais, e o seu cumprimento é acompanhado e supervisionado pelos funcionários da Superintendência de Ensino.

Na rede Municipal de Ensino do município de Córrego Novo a escolha da equipe gestora se faz através de indicação pelo gestor municipal, atendendo exigências feitas pelo Estatuto do Magistério, que é ser graduado em Pedagogia, ter experiência na área educacional e perfil de gestor.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

O ambiente educativo deve ser permeado pela ética, autonomia, respeito mútuo e confiança, pois é um espaço de relações interpessoais intensas, construção de conhecimentos e valores, na relação com os pares.

Os alunos poderão trabalhar a cooperação para obter a solução da atividade proposta. O aluno estará inserido em uma situação onde terá que trabalhar a habilidade em se expressar, assim como compreender o pensamento do colega, isso ampliará seu conhecimento e promoverá seu amadurecimento afetivo e social.

A colaboração, a cooperação e o confronto entre opiniões, deve se mediado, trabalhado pelo professor uma vez que a relação entre os alunos é tão importante quanto à interação entre adulto/criança.

Outro aspecto interessante é que as experiências práticas bem sucedidas demonstram que a busca pelo fortalecimento da parceria escola e comunidade se apresenta no atual contexto social. Para isso, a escola, vem articulando formas de organização que envolve parcerias efetivas entre família e escola. As ações de integração entre escola e família se desenvolvem por meio de reuniões periódicas, palestras, realização de atividades culturais, celebrações, Festa de Família, dentre outras.

Vive-se uma crescente valorização do conhecimento, da tecnologia, da convivência respeitosa com as diferenças, e da promoção da consciência cidadã. A realização desses novos valores justifica a necessidade de formação permanente, no e pelo trabalho, bem como de aprendizado contínuo, orientados por uma

formação geral e capaz de ajudar a compreender a escola na sua complexidade, conforme exigência da LDBEN 9394/96.

O professor precisa capacitar-se para atuar numa realidade altamente heterogênea e nas mais diversas situações de ensino, de ser capaz de entender os diferentes ritmos, interesses e formas de aprender, de desenvolver a autoestima, o respeito mútuo e regras de convivência, de dar significado científico, social e cultural para aquilo que faz e ensina.

Sendo assim, propõe-se realizar cursos de formação continuada, trimestralmente, envolvendo todos os profissionais, além dos encontros pedagógicos semanais, mediante necessidades e dificuldades apresentadas pelos mesmos.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação do ensino/aprendizagem só faz sentido para o aluno, quando é um processo contínuo com vista à reflexão crítica sobre a prática e não apenas configurada por uma classificação e um discurso político vago desvinculado da realidade do educando (GIANCATERINO, s/d).

A avaliação da aprendizagem é um instrumento de conhecimento dos alunos, das suas diferenças e semelhanças. As suas qualidades, interesses e necessidades, bem como da eficiência do trabalho educativo, que se realiza na sala de aula.

Segundo Giancaterino,

a avaliação está sempre presente nas atividades humanas, uma vez que, se está constantemente estabelecendo comparações entre coisas e valores diferentes (ou semelhantes), obrigando as pessoas a fazerem escolhas, nem sempre fáceis. Dentro do ambiente educacional não é diferente, a avaliação ocupa lugar de destaque, sendo que além dos alunos, os professores as instituições também são avaliados (GIANCATERINO, s/d).

A avaliação do processo de aprendizagem deve ser contínua e diagnóstica. Sua principal finalidade é dar suporte ao planejamento das aulas e ao atendimento aos alunos. Baseada em objetivos educacionais definidos para cada ciclo, de forma

a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

É importante enfatizar que não se pode exigir que todos os alunos desenvolvam as mesmas habilidades cognitivas a partir dos mesmos conteúdos e dentro do mesmo período de tempo.

De acordo com D'ambrósio (1999:37), citado por Giancaterino (s/d), "não há testes que respondam com exatidão ao que o aluno deve saber em determinada idade ou em determinada etapa, contudo, cada aluno é um indivíduo com estilo e ritmo próprio de aprendizagem".

Portanto, faz-se importante que a avaliação seja um instrumento de uso adequado, levando em consideração o conteúdo trabalhado e as circunstâncias adversas do meio.

De acordo com o artigo 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96, a avaliação na Educação Infantil será feita "mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental".

O registro do processo de avaliação é feito no diário de classe e em fichas individuais de acompanhamento, elaboradas pela equipe pedagógica, considerando, portanto, os aspectos cognitivos, sócio afetivo e motor. Os registros da ficha-relatório devem ser feitos continuamente, à medida que o professor percebe reações significativas, que constituem indicadores importantes para mostrar o progresso ou dificuldades do aluno.

A ficha- relatório do desenvolvimento individual do aluno deve conter: os dados de identificação do aluno, o período avaliativo, os dados que indiquem os conteúdos desenvolvidos (unidades temáticas), os objetivos educacionais de acordo com a unidade temática, os indicadores do progresso do aluno, as observações e detalhamento que orientem sobre o atendimento pedagógico específico ao aluno e outras informações que o professor julgar importantes.

As características do ensino fundamental nos ciclos de formação básica enfatizam a importância da avaliação diagnóstica, e exigem que a avaliação seja registrada para possibilitar o controle dos progressos observados.

Para efeitos legais, as avaliações dos alunos devem ser registradas em ficha, quatro vezes por ano (abril, julho, setembro, dezembro).

Os resultados da avaliação deverão ser apresentados em forma de conceitos nos Diários de Classe. Considerando os seguintes conceitos:

- I – A – Alcançou suficientemente os objetivos de estudo.
- II – B – Alcançou parcialmente os objetivos de estudo.
- III – C – Com pouco mais de esforço conseguirá alcançar os objetivos de estudo.

A avaliação deve ser acompanhada pelo Conselho de Classe e deve ser compatível com a organização curricular por ciclos com o princípio da progressão continuada, apresentando as seguintes características:

- I – Contínua e processual.
- II – Dinâmica e participativa.
- III – Diagnóstica e investigativa.

É necessário que o processo de avaliação seja capaz de distinguir as diferenças que se apresentam em classe e prover o professor de informações que lhe permitam, a cada momento, conhecer as necessidades dos alunos e os progressos já alcançados.

Serão usados como instrumento de avaliação: a observação, provas e trabalhos orais e escritos, exercícios individuais, ou em grupos, escritos ou orais, possibilitando ao professor observar, interpretar, investigar, acompanhar o processo de construção do conhecimento do aluno e identificar os indicadores do seu progresso.

A avaliação precisa ser formativa e contínua, tornando-se parte da atividade regular e cotidiana do professor, possibilitando ao mesmo:

- I – Mudar de rumos, corrigir a sua ação e adequar o seu trabalho às características identificadas em seus alunos.
- II – Avaliar o quanto o seu trabalho é eficaz no sentido de permitir ao aluno, progredir em direção ao objetivo proposto.
- III – Acompanhar o desenvolvimento progressivo das competências e habilidades que permitam ao aluno uma interação cada vez mais rica com a realidade.

A autoavaliação será feita mensalmente, pelo aluno, pelo professor e pela escola. O processo e os resultados da avaliação da aprendizagem devem ser do

conhecimento dos pais e dos alunos, bem como as estratégias de atendimento pedagógico diferenciado oferecido pela escola.

De acordo com o Parecer nº1132/97 (CEE/MG), “os estudos de recuperação de caráter obrigatório representam de fato uma nova oportunidade de aprendizagem, sendo, pois uma consequência do processo de avaliação continuada. Devem ocorrer concomitantemente com o processo educativo para garantir ao aluno a superação de dificuldades no percurso escolar”.

O referido Parecer esclarece, ainda, que os estudos de recuperação “destinam-se também aos alunos que não conseguiram o desempenho esperado num determinado espaço de tempo, aula unidade curricular, período, série, ciclo, semestre ou até mesmo um ano, serão feitos de forma contínua ao longo de todo processo educativo e paralelamente ao período letivo, nos termos do que dispuser o Regimento Escolar. Depois de concluído o ano ou período letivo, a escola poderá oferecer, ainda, nos termos do Regimento Escolar, outras oportunidades de aprendizagem aos alunos que, a despeito dos estudos paralelos de recuperação já oferecidos, permanecerem com dificuldades”.

Os procedimentos e recursos didáticos deverão ser diversificados a fim de colocar todos os alunos em condições de prosseguir nos estudos. As atividades devem ser desenvolvidas dentro da sala de aula, sob a regência do professor, e fora da sala de aula, sob sua orientação.

As atividades de recuperação devem ser programadas tanto para recuperar como para enriquecer o processo de aprendizagem.

O atendimento mediante orientação de estudos deve ser realizado pelo professor, que, à vista das dificuldades apresentadas pelo aluno, deve orientá-lo através de estudos dirigidos, trabalhos, pesquisas e outras atividades, não necessariamente realizados no espaço escolar.

As pessoas são sempre parâmetros para avaliarem e serem avaliadas. Em função disso, vê-se como fundamental orientar a avaliação no sentido da auto avaliação, individual e grupal.

Na avaliação busca-se saber qual é a aproximação do ideal que se busca e de como está se realizando a caminhada em vista deste mesmo ideal. Deseja-se saber dos resultados alcançados, de como se encontra em relação aos objetivos.

Na avaliação escolar, um aspecto importante a se considerar é o resultado da escola na Avaliação Institucional. É preciso verificar:

- se todos, independentemente de sua origem social e de suas condições econômicas, culturais e étnicas, têm tido oportunidade de acesso à escola e de permanência nela;
- se o ensino oferecido é de boa qualidade e se é feito numa perspectiva inclusiva, que habilite para uma participação efetiva na vida pública, social e econômica do país.

É importante em todo esse processo focalizar especialmente as atividades-fim, relacionadas diretamente ao processo ensino e aprendizagem. É essencial que a escola se comprometa com formas eficazes e democráticas de organizar o trabalho escolar, de ensinar e avaliar. Portanto, destacam-se as seguintes ações a serem implantadas ou implementadas:

- Avaliação de todas as disciplinas, em todos os ciclos, anualmente, objetivando a construção de gráficos comparativos, para a análise do desempenho do aluno pelo Conselho de Classe e replanejamento curricular para o próximo ano letivo.
- Avaliação de desempenho de todos os profissionais, anualmente, objetivando a melhoria do desempenho de suas atividades.
- Avaliação do Projeto Político Pedagógico, periodicamente, na forma diagnóstica e de controle, que servirá para verificar se foram executadas todas as ações concretas (objetivos/metapas) propostas pelo plano, para o período; se as normas estabelecidas foram cumpridas e se as atividades permanentes se incluíram no espírito global de nossas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração deste projeto se transformou na responsabilidade de iniciativa para a mudança. Considera-se uma atividade viva e dinâmica, que reúne toda a comunidade escolar na construção coletiva da escola que se deseja. Construção, porque a escola assim como as pessoas e o mundo, não está pronta. Ela está em

constante transformação. Há coisas boas que deverão ser mantidas, coisas que deverão ser modificadas e outras que deverão ser adquiridas. Vivendo assim, um movimento contínuo de manutenção, transformação e criação.

Muito se reclama da distância existente entre aquilo que projeta e a prática. Mas a distância entre o sonho e a realidade não é um defeito, é natural. Uma diferença vai sempre existir e isto não é necessariamente uma incoerência.

Os sonhos quando transportados para a experiência concreta, são inevitavelmente modificados por acontecimentos imprevisíveis no campo das ideias. E isto acontece não apenas com os projetos da escola. É em tudo na vida.

O que precisa ser avaliado é a qualidade da distância existente. Isto é importante para que a prática não perca o ideal de vista, tornando-se, ao contrário, a sua negação.

Tal situação revela que estamos diante de um grande desafio, democratizar e ampliar a participação coletiva, legitimar os órgãos colegiados, buscar a qualidade e a profundidade das inovações, e sua inspiração mais sensível nas humanidades e na valorização da qualidade social da Educação.

A escola caminha, assim, em direção à meta de oportunizar aquisição de virtudes necessárias para o despertar do educando como sujeito de transformação de seu esforço físico e social em função de melhoria de qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de projetos de ação e planificação**. Porto: Porto Editora, 1996.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988.

_____, LDBEN nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. de 1996.

_____, LEI FEDERAL Nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990. Atualizado conforme a Lei 12.594, Brasília, DF: 18 de janeiro de 2012, p. 32

_____, **Parâmetros Curriculares Nacionais**, MEC/SEF. Documento Introdutório. Brasília, DF: 1998.

_____, **Parâmetros Curriculares Nacionais**, MEC/SEF. Temas Transversais. Brasília, DF: 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. **Educ.Soc.**, set. 2002, vol. 23, nº 80, p. 192

DALMAS, Ângelo. **Planejamento Participativo na Escola**. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. 3ª Ed. Petrópolis: vozes, 1997.

GIANCATERINO, Roberto. Avaliação ensino/aprendizagem: **um discurso político desvinculado da realidade do educando**. s/d, disponível em: <http://meuartigo.brasile scola.com/educacao/avaliacao-ensino-aprendizagem-um-discurso-politico-.htm>

JOHNSON, Jr. Mauritz. Definições e modelos na teoria do currículo. **Educational Theory**, 1967, (1) p. 127-40

MINAS GERAIS. **PARECER Nº 1.132/97**. Dispõe sobre a Educação Básica, nos termos da Lei 9.394/96. SEE/CEE, Belo Horizonte: 1997.

_____, Resolução Nº 521/04. **Dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino nas escolas estaduais de Minas Gerais e dá outras providências**. SEE, Belo Horizonte: 2004.

_____, Resolução N°430/03. SEE, Belo Horizonte: 2003.

_____, Resolução N°1086/08. SEE, Belo Horizonte: 2008.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

NOÉ, Marcos. **A avaliação de acordo com os PCNs**. s/d, disponível em www.educador.brasilecola.com/...ensino/a-avaliacao-acordo-com-os-pcns.htm. Acesso em: 22/08/2013

pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisa_participativa. Acesso em: 22/08/2013